

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**WAGNER AUGUSTO SILVEIRA**

**AS FARC – EP, O PLANO COLÔMBIA  
E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS RELAÇÕES REGIONAIS**

**Porto Alegre - RS**

**2014**

**WAGNER AUGUSTO SILVEIRA**

**AS FARC – EP, O PLANO COLÔMBIA  
E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS RELAÇÕES REGIONAIS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia Maria Ranincheski

**Porto Alegre**

**2014**

**WAGNER AUGUSTO SILVEIRA**

**AS FARC – EP, O PLANO COLÔMBIA  
E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS RELAÇÕES REGIONAIS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

BANCA EXAMINADORA

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia Maria Ranincheski – Orientadora – UFRGS

.....  
Prof. Dr. Eduardo Ernesto Felipe – UFRGS

.....  
Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro - UFRGS

**Ao povo colombiano**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por esta conquista. Foram quatro anos de esforços, realizações e desacertos que os guardarei como aprendizado.

A todos que conviveram comigo e me incentivaram nos momentos difíceis, em especial a minha mãe, a amiga Mariany e aos colegas Arthur Borba e Gláucia Noronha.

À Prof.<sup>a</sup> Sônia Ranincheski pela orientação, incentivo e compreensão para comigo em todos os momentos.

Quero agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo ensino de qualidade que recebi durante este tempo, mencionando alguns dos professores que aportaram elementos de análise que contribuíram a minha formação de uma maneira especial: Professores José Miguel Quedi, Paulo Fagundes Visentini e Carlos Arturi.

E a todos que de uma forma ou outra me acompanharam ou ajudaram nesta jornada. Muito obrigado.

## **“Oração pela paz”**

*Senhor Presidente Mariano Ospina Pérez (...).  
Duas horas que a imensa multidão desemboca nesta praça  
e não tem se escutado no entanto um só grito,  
porque no fundo dos corações só se escuta o golpe da emoção (...).  
Nesta ocasião, não reclamamos a vós teses econômicas ou políticas.  
Só vos pedimos que nossa pátria não transite pelos caminhos  
que nos envergonhem diante de nós próprios e estranhos.  
Pedimos a vós fatos de paz e de civilização!  
Nós, senhor Presidente, não somos covardes.  
Somos descendentes dos bravos  
que aniquilaram as tiranias neste solo sagrado.  
Somos capazes de sacrificar a nossa vida  
para salvar a paz e a liberdade da Colômbia!  
Impeça, senhor, a violência.  
Queremos a defesa da vida humana,  
que é o que pode pedir um povo.  
No lugar desta força cega desatada,  
devemos aproveitar a capacidade de trabalho do povo  
para benefício do progresso da Colômbia.  
Senhor, Presidente, nossa bandeira está enlutada  
e esta silenciosa multidão  
e este grito mudo de nossos corações só vos reclamam:  
que vós trateis a nós, a nossas mães, a nossas esposas, a nossos filhos  
e nossos bens,  
como queiras que nós tratemos a vós, a vossa mãe, a vossas esposas,  
a vossos filhos e a vossos bens!*

(Jorge Eliécer Gaitán, 7 de fevereiro de 1948)

## RESUMO

O objetivo desta monografia é analisar-se as relações entre o Estado colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo durante o Plano Colômbia e seus desdobramentos nas relações regionais. A hipótese de trabalho é que as Farc – EP assimilaram o Plano Colômbia como uma violação da soberania nacional que transcendeu seus limites territoriais, provocando tensão regional. A metodologia usada é a exposição dos fatos, buscando identificar suas inconsistências, bem como seus resultados. Para isso, delinea-se a conjuntura na qual o Plano está inserido, analisando o surgimento e o desenvolvimento das Farc – EP, bem como a ação político-militar dos Estados Unidos nesse contexto. Devido às consequências dos atentados em 11 de setembro de 2001 aos EUA, as Farc – EP foi anexada à lista de grupos terroristas internacionais, re-significando o projeto inicial do Plano Colômbia, enquadrando-a no combate ao “narcoterrorismo”. Assim o conflito armado foi internacionalizado e o Plano decididamente militarizado. Entendemos que a percepção das Farc – EP sobre esses acontecimentos nos permitem afirmar que a soberania do estado colombiano esteve comprometida. Nas conclusões, apresentamos a atual negociação entre o governo colombiano e as Farc – EP que ocorre em Havana, com seus elementos conflitantes, bem como a possibilidade de seu êxito como sepultamento definitivo dos efeitos do Plano Colômbia para um projeto de reconstrução nacional.

**Palavras-Chave:** Colômbia, Estados Unidos, FARC-EP, conflito armado.

## **ABSTRACT**

The purpose of this paper is to analyze the relationship between the Colombian government and the Revolutionary Armed Forces of Colombia - People's Army during the Plan Colombia and its consequences in regional relations. The working hypothesis is that the FARC - EP assimilated Plan Colombia as a violation of national sovereignty and transcended its boundaries, causing regional tension. The methodology used is the statement of the facts in order to identify their inconsistencies and their results. For this, the situation in which the Plan is set is outlined, analyzing the emergence and development of the FARC - EP and the US political-military action in this context. Due to the consequences of the attacks of September 11 in the USA in 2001, FARC - EP was annexed to the list of international terrorist groups, re-meaning the initial design of Plan Colombia, from then framed in the fight against "narcoterrorism". Therefore, the armed conflict has been internationalized and the Plan decidedly militarized. We understand that the perception of the FARC - EP about these events allow us to state that the sovereignty of the Colombian State has been committed. In the conclusions, we present the current negotiations between the Colombian government and the FARC - EP occurring in Havana, their conflicting elements as well as the possibility of closure as a definitive burial of the effects of Plan Colombia in order to have a national reconstruction project.

**Keywords:** Colombia, United States, FARC-EP, armed conflict.



## RESÚMEN

El objetivo de este trabajo de grado es el análisis de las relaciones entre el Estado colombiano y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo, las Farc – EP, durante el Plan Colombia y sus consecuencias en las relaciones regionales. La hipótesis del trabajo es que las Farc – EP han entendido el Plan Colombia como ruptura de soberanía nacional y ha trascendido sus límites fronterizos, provocando tensión regional. La metodología usada es la exposición de los hechos, intentando identificar sus inconsistencias, así como sus resultados. Para eso, se presenta la coyuntura en la que el Plan está insertado, analizando el origen y desarrollo de las Farc – EP, así como la acción política y militar de los Estados Unidos en ese escenario. Debido a las consecuencias de los ataques del 11 de septiembre del 2001 a los EUA, las Farc – EP ha sido adjunta a lista de grupos terroristas internacionales, re-significando el proyecto inicial del Plan Colombia, desde entonces enmarcado en el combate al “narcoterrorismo”. De este modo, el conflicto ha sido internacionalizado y el Plan decididamente militarizado. Creemos que la comprensión de las Farc – EP sobre los hechos nos permiten afirmar que la soberanía del estado colombiano ha sido afectada. En las conclusiones, presentamos el actual negociación entre el gobierno colombiano y las Farc – EP que se sucede en La Habana, sus elementos contradictorios, así como la posibilidad de su éxito como entierro definitivo de los efectos del Plan Colombia para el proyecto de reconstrucción nacional.

**Palabras-Clave:** Colombia, Estados Unidos, FARC-EP, conflicto armado.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. AS FARC – EP NO CENÁRIO DOMÉSTICO COLOMBIANO.....</b>	<b>14</b>
2.1 Antecedentes (1920 – 1950).....	14
2.2. Jorge Eliécer Gaitán, o “Bogotazo” e a “fuga para o campo”.....	16
2.3 Os grupos armados e a ditadura militar.....	17
2.4 A “pacificação” pelo uso da força.....	18
2.5 Relações Farc - EP vs. Estado Colombiano.....	18
2.6 De 1964 ao governo de Álvaro Uribe (2002 – 2010).....	19
2.7 As relações atuais no governo de Juan Manuel dos Santos (2010 – ).....	20
<b>3. O PLANO COLÔMBIA E SEU IMPACTO NA GUERRILHA.....</b>	<b>22</b>
3.1 Política externa colombiana.....	22
3.2 Política Externa dos EUA para Colômbia.....	23
3.3. Antecedentes.....	25
3.4 Negociações do Plano.....	27
3.5 Organização do Plano.....	28
3.6 Companhias militares privadas: mercenários de aluguel.....	30
3.7 O caráter contra-insurgente do Plano.....	32
3.8 Álvaro Uribe e o Plano Colômbia.....	33
3.9 O Plano Patriota.....	34
<b>4. DESDOBRAMENTOS DO PLANO COLÔMBIA NAS RELAÇÕES</b>	
<b>REGIONAIS.....</b>	<b>36</b>
4.1 As Políticas de Segurança do Governo Brasileiro: O Plano Cobra.....	36
4.2 Pressão sobre o Panamá.....	40
4.3 A Neutralidade da Venezuela.....	41
4.4 Base Militar norte-americana no Equador.....	43
4.5 Declarações das Farc frente aos desdobramentos do Plano Colômbia....	43
<b>5. CONCLUSÕES.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC – EP) e sua relação com o governo colombiano e com os desdobramentos decorrentes do Plano Colômbia (2002 - ) nos âmbitos doméstico e internacional, bem como a percepção que o movimento insurgente tem do Plano.

Desde sua independência em 1819, a Colômbia tem na violência um de seus traços políticos e sociais mais constantes. As elites representadas em seus principais partidos políticos, Conservadores e liberais, alternam-se, quando não se conjugam, no poder, dificultando o desenvolvimento do país, obstruindo ou corrompendo as instituições políticas. Com isso se percebe que o pacto entre suas elites entorno de um projeto de nação se constituiu desde seus inícios sobre base frágil.

Sua condição colonial no pós-independência foi re-significada através de suas forças políticas; já seu outro componente social, herdeiro do escravismo e do colonato, foi excluído da construção das políticas que assegurassem o bem-estar para todos os segmentos sociais da Nação.

A partir dos anos 1920, indígenas, sindicalistas e camponeses descontentes, movimentaram a vida política da Colômbia, induzindo sua elite político-econômica a agir pela via da repressão ou da manipulação. Contudo a adesão de intelectuais a esses movimentos sociais propiciou-lhes organização e poder de ação, aumentando o temor das classes dominantes.

A morte do político liberal Jorge Eliécer Gaitán em 1948, que desencadeou o episódio do “Bogotazo”, onda de protestos de operários, jovens intelectuais e políticos liberais descontentes, foi reprimida pelo governo de Mariano Ospina Pérez (1946-1950), acarretando consequências das quais a sociedade colombiana sofre até hoje os seus efeitos. Os revoltosos perseguidos pelas tropas governamentais foram abandonando as cidades, refugiando-se nas selvas ao sul e nos “llanos”<sup>1</sup> ao nordeste. Ali se uniram aos camponeses insatisfeitos com a concentração de terras, organizando uma frente de defesa contra as tropas governamentais. Exigiam

---

<sup>1</sup> Os “llanos” identificam a região nordeste da Colômbia, que compreende principalmente os departamentos de Casanare, Meta e Vichada. Seu relevo e vegetação é similar ao cerrado brasileiro.

reforma agrária e foi o suporte humano inicial para o que veio a ser o movimento insurgente conhecido como as FARC - EP<sup>2</sup>.

As Forças Armadas Revolucionárias Colombianas – Exército do Povo (FARC – EP) é o principal movimento insurgente colombiano (HYLTON 2007; PATAQUIVA 2009). De inspiração marxista-leninista, age como guerrilha em confronto de baixa intensidade contra as forças armadas governamentais. Financia suas atividades através de sequestros e pela cobrança de taxas do narcotráfico, quando não se associa a este. Seu objetivo é a tomada do poder através da luta armada, o monopólio estatal dos recursos naturais do país e a reforma agrária.

Após quatro décadas de conflito armado, escassos parâmetros jurídicos e políticos para sua solução, produzindo tragédias humanitárias na sociedade civil, o governo colombiano, em associação e sob a influência do governo dos Estados Unidos, implementou em 2002 um projeto de desenvolvimento econômico com predominante conteúdo militar: o Plano Colômbia. Segundo este, os EUA, fundos de investimento internacional e países interessados, financiariam atividades para o desenvolvimento da economia colombiana, colocando o país definitivamente na trajetória do neoliberalismo internacional.

Segundo suas diretrizes, a condição para que a ajuda econômica chegasse ao país, seria a erradicação do narcotráfico e de grupos insurgentes que obstruíssem sua execução. Dependeria de uma ação militar permanente e incisiva sobre os insurgentes. Por isso as consequências dessa máquina de guerra foram nefastas, inclusive para os países vizinhos, como o Brasil, o Panamá, a Venezuela e o Equador.

Por conseguinte, este trabalho quer contribuir à análise do conflito armado colombiano e ao impacto dele nas relações internacionais na América Latina. Grande parte dos trabalhos realizados até então partem de noções fundamentais a respeito de Estado, Soberania, Guerra Irregular Complexa, deixando de lado ou ignorando o conteúdo ideológico que impulsiona ao movimento a agir desta e não de outra forma. Nesse sentido, este trabalho espera suprir essa necessidade.

---

<sup>2</sup> A maioria dos estudos, documentos e reportagens a respeito deste movimento insurgente lhes indicam unicamente como FARC. Neste trabalho utilizaremos a sigla FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias Colombianas – Exército do Povo) por ser a autodenominação atual que o movimento atribui a si mesmo.

O Capítulo 1 resume a origem das Farc–EP, apresentando os motivos que conduziram a sua organização e sua relação conflituosa e armada com o governo colombiano.

O Capítulo 2 apresenta o Plano Colômbia e seu impacto sobre as Farc – EP. Sua compreensão depende de um esboço das relações políticas entre os estados colombiano e norte-americano, como pressuposto para a compreensão do Plano Colômbia. Analisa-se a política externa colombiana em sua adesão de longa data à política norte-americana. Com isso se justifica o predomínio dos interesses da potência do norte sobre os do país sul-americano, obstaculizando a solução do conflito armado.

E o Capítulo 3 apresenta os desdobramentos do Plano Colômbia no cenário regional, já que ultrapassou os seus limites territoriais, envolvendo as nações vizinhas. Finalmente, é apresentada a interpretação das Farc – EP de toda essa conjuntura, a qual seria expressa violação do princípio da soberania e “entreguismo” aos interesses norte-americanos para a região.

## 2 AS FARC – EP NO CENÁRIO DOMÉSTICO COLOMBIANO

A análise das relações das Farc-EP e o Estado Colombiano, bem como os desdobramentos do Plano Colômbia nos âmbitos doméstico e internacional exige que se trace um esboço histórico sobre a origem do movimento insurgente e suas motivações. A seguir, é necessária a compreensão de como o estado colombiano interage com o movimento, apresentando sua evolução até os dias atuais, focando particularmente o período que compreende a instauração do Plano Colômbia.

### 2.1 Antecedentes (1920 – 1950)

Desde sua independência (1819), há na Colômbia dois grupos dominando sua vida política: o dos *conservadores*, cuja origem se remonta aos grandes proprietários de terras, herdeiros do regime colonial; e o dos *liberais*, representados pela burguesia e intelectuais urbanos. De forma geral se intercalaram no poder, com alguns momentos de coalizão política.

Com a Proclamação da Constituição de 1910, a Colômbia ingressa definitivamente no século XX. De sociedade agrária e mineira, as reformas que facilitaram o surgimento de um importante setor de serviços deram origem a uma classe dirigente urbana contraposta à prevalecente até então (LOZANO 2006). No entanto, o governo até meados dos anos 1930 permaneceram sob o domínio dos *conservadores*.

A partir dos anos 1920 a economia cresceu rapidamente com o aumento das exportações do café. Setores como infraestrutura, mineração e alguns cultivos, controlados por norte-americanos e ingleses tiveram igual crescimento. Diante disso, as classes dominantes rurais pressionavam os colonos, camponeses e indígenas a venderem suas terras, expulsando-os delas em caso de recusa. Como decorrência, indígenas e camponeses se mobilizaram (CALVO 2010), fracassando na maioria das vezes, inclusive com intervenção do estado. A violência e a exploração empurraram os desterrados para as cidades, sendo absorvidos pela indústria nascente.

Junto ao surgimento de uma classe dirigente urbana, tomou corpo um setor operário o qual como grupo social e força política iniciou protestos por melhoras sociais. Em 1928 ocorreu o *massacre das bananeiras*: trabalhadores da United Fruit Company em Barrancabermeja, de origem norte-americana, entraram em greve por melhores condições de trabalho que era de regime de super-exploração da mão-de-obra. Diante da ameaça dos EUA de invadir o país se o governo colombiano não atuasse para proteger os interesses da empresa, o presidente conservador Miguel Abadía Méndez ordenou o massacre dos trabalhadores, pondo fim à greve (LOZANO 2006; CALVO 2010).

Com a queda da Bolsa de Nova York (1929), a economia colombiana sofreu duras perdas. A maioria das empresas faliu e o desemprego chegou a 50% da população ativa, enquanto a outra metade teve o salário diminuído em até 20%. Diante disso, das disputas internas no partido conservador e das ondas de protestos que se alastravam pelo país, o partido liberal emergiu como vencedor nas eleições presidenciais de 1930, elegendo a Enrique Olaya Herrera.

Apesar de alcançar à presidência, o partido liberal não contava com o aparato burocrático estatal, este sob o controle dos conservadores, os quais contavam com a colaboração das forças armadas e da Igreja Católica. Diante da necessidade de acalmar a população e os movimentos sindicais, liberais e conservadores uniram-se entorno deste objetivo. Contudo, à medida que os liberais se apoderavam da maquinaria estatal, os conservadores abandonavam sistematicamente a aliança, dando origem a uma perseguição revanchista por parte dos liberais.

A violência partidária ocupou o centro do panorama nacional, enquanto as demandas de solução para os problemas agrícolas, trabalhistas e sociais – algo conveniente às oligarquias e às empresas estrangeiras – eram postas de lado. O liberal Alfonso López Pumarejo, eleito em 1934 tratou de conciliar aos diversos setores e interesses por meio de um governo no qual todos os segmentos tivessem sua participação, porém ações contraditórias do presidente levaram aos clãs oligárquicos de ambos os partidos a associarem-se com o apoio eclesiástico para frear suas reformas e reprimir as organizações populares e sindicais.

Eduardo Santos Montejó, liberal eleito em 1938, aproximou a Colômbia dos interesses norte-americanos, declarando em 1941 guerra aos países do eixo por pressão dos EUA após o ataque do Japão as instalações militares em Pearl Harbor. Companhias alemãs foram nacionalizadas e propriedades de cidadãos do eixo

expropriadas. Estes fatores, unidos historicamente a outros, reforçou o já existente sentimento anti-americano entre a população colombiana e parte de sua intelectualidade, aumentando a influência dos partidos socialista e comunista.

## **2.2 Jorge Eliécer Gaitán, o “Bogotazo” e a “fuga para o campo”**

Em fins dos anos 1940 assume grande importância a figura do político Jorge Eliécer Gaitán. Dirigente do partido liberal preocupava as oligarquias por afirmar constantemente que “o povo não tem dois partidos, senão que foi partido em dois” (Calvo, 2010, p.61), aludindo a que em ambos, o conservador e o liberal, encontravam-se inimigos dos interesses nacionais e da população (PALACIOS ET ALL. 2002). Em seus discursos, Gaitán atraía pessoas de todo segmento social, inclusive membros de ambos os partidos.

Com a eleição presidencial do conservador Mariano Ospina Pérez em 1946 e a pressão exercida pelos EUA sobre o governo colombiano a partir da IX Conferência Pan-Americana, celebrada em Bogotá em 1948, inicia-se um período de forte repressão. Gaitán, candidato à presidência, é assassinado aos nove de abril de 1948. A versão oficial acusa aos “comunistas” e como prova de sua veracidade, são rompidas as relações diplomáticas com a União Soviética. Com a morte do parlamentar, o povo se rebela, ataca símbolos do poder como a Nunciatura Apostólica, a Procuradoria da Nação, a Governança, o Ministério da Educação, entre outros. E por todo o país ocorrem revoltas populares.

Com receio de que uma revolução explodisse, os liberais se uniram aos conservadores na figura de seu presidente, assim como as forças armadas e a Igreja Católica. A força foi brutalmente usada, ocorrendo milhares de mortes. Massas populacionais fugiram para a zona rural, associando-se com os movimentos armados de inspiração comunista, organizando-se em território que se autodenominavam autônomos.



### 2.3 Os grupos armados e a ditadura militar

Nesta conjuntura de repressão a uma população que exigia mudanças sociais e econômicas, cada vez mais acuada e concentrada no campo, grupos armados surgiram em sua defesa. A princípio seu objetivo era a autodefesa e proteção, porém com a ação militar nos territórios em que se encontrava fez que assumisse uma postura ofensiva, atacando postos militares, assassinando soldados. No início, estes grupos armados eram autônomos e circunscritos aos territórios em que se localizavam. Entre eles, se destacava o grupo armado dos *llanos orientales*, apoiados por políticos liberais, que se opunha aos grandes latifundiários e criadores de gado, os quais queriam recuperar suas posses desde as reformas de López Pumarejo.

As classes dirigentes colombianas, especialmente as vinculadas aos grupos estratégicos da economia<sup>3</sup>, foram percebendo que nenhum dos dois partidos conseguia acalmar a população e reprimir os movimentos armados e por isso, puseram suas expectativas nas forças armadas. Com a intenção de que um regime ditatorial fosse implantado, propagaram entre si a idéia de que as forças armadas representavam a mais elevada instituição patriótica e que, portanto caberia a ela o exercício de governo que garantisse o bem-estar geral da nação. Assim, em 1953 o general Gustavo Rojas Pinilla, que acabara de passar pela Junta Interamericana de Defesa em Washington, assumiu o governo. Em palavras de Hernando Calvo Ospina (2010) “Não assaltou o poder, recebeu-o daqueles que estavam com dificuldades de conduzi-lo”, ou seja, dos liberais e conservadores. Até o povo viu como oportuna esta arbitragem militar para acalmarem-se todos os ânimos.

Contrariamente ao que se esperava, Rojas Pinilla propôs aos grupos armados que abandonassem pacificamente as armas, concedendo anistia a todos e a proteção das forças armadas em sua reinserção social. Como as reformas de López Pumarejo não foram revogadas e, portanto, os interesses da oligarquia não foram atendidos, esta tratou de retirar do poder àquele que ela mesma havia dado. Conservadores e liberais vinculados a oligarquia, com o apoio da Igreja, se coligaram na *Frente Nacional*, derrubando Pinilla do poder, fazendo que a Colômbia

---

<sup>3</sup> Nesse momento a economia colombiana estava marcada pela exportação de produtos primários aos países desenvolvidos. As empresas existentes então eram controladas por companhias estrangeiras, principalmente norte-americanas.

“retomasse” o caminho democrático. Durante o período de transição do poder, guerrilheiros anistiados por Pinilla foram assassinados, entre os quais o mais importante Guadalupe Salcedo, inflamando os ânimos nos *llanos* e ao sudeste do país. Com esta *Frente*, segundo Hernado Calvo (2010) “a oligarquia se auto-anistiu de tantos milhares de crimes (...) colocando várias capas de esquecimento histórico a seu favor”.

#### **2.4 A “pacificação” pelo uso da força**

Com a *Frente Nacional*, o novo presidente, o conservador Guillermo León Valencia, em 1962 entregou às forças armadas os problemas de “ordem pública”, entre os quais as greves sindicais, estudantis e protestos sociais em geral (Calvo 2010). Além disso, aqueles que as elites da *Força Nacional* colocava na ilegalidade tornaram-se também responsabilidade das forças armadas. Dessa forma, aquilo que politicamente devia ser resolvido por um governo civil passou a ser incumbência dos militares, legitimando o uso da violência, rotineiro no país. Isso propiciou “autonomia” aos militares no manejo desses assuntos, inclusive com relação aos grupos armados, justificando a ação militar contra o povo. E consonância com a política norte-americana do período Kennedy, optou-se então pela “pacificação pela via armada” em detrimento de uma reabilitação do campo. Neste contexto, é emblemática a ação militar de 1964 em um dos territórios independentes conhecido como Operação Marquetalia, que será o estopim para o nascimento oficial das Forças Revolucionárias Colombianas (FARC), atualmente Forças Revolucionárias Colombianas – Exército do Povo, com a Primeira e a Segunda Conferência Guerrilheira dos camponeses em 1965 e 1966<sup>4</sup>.

#### **2.5 Relações Farc - EP vs. Estado Colombiano**

A relação entre o governo colombiano e as FARC – EP ocorre em um âmbito doméstico, na qual o Estado constituído interage com um ator não estatal. A

---

<sup>4</sup> Para uma análise detalhada o assunto: **Marquetalia: el mito fundacional de las Farc**. Em: <http://historico.unperiodico.unal.edu.co/ediciones/57/03.htm>.

dificuldade emerge devido a que o Estado não reconhece legitimidade a essa forma de organização, pese as Farc – EP possuírem uma organização interna. De sua parte, as relações institucionais são realizadas por meio de um secretariado, o Estado-Maior Central, o qual ademais das atribuições internas da organização, funciona como interlocutor oficial. A sua vez, o Estado colombiano tem atuado junto à organização por meio de interlocutores nomeados, entre os quais figuram principalmente políticos e/ou membros das forças armadas.

## **2.6 De 1964 ao governo de Álvaro Uribe (2002 – 2010)**

Desde 1964, ano de surgimento das Farc - EP, o governo colombiano interagiu com ela de acordo com o enfoque político-estratégico adotado pelo líder estatal, independente de ser este do partido conservador ou liberal. Porém a relação entre os dois apresenta uma série de tentativas de acordos frustradas, marcadas por períodos alternados de relativa paz e violência. Atualmente, ambas as partes encontram-se otimistas em relação a um possível acordo, que já está em negociação em Havana, mediado pelo presidente uruguaio José Mujica, com os pontos de debate já definidos. Porém, esse recente avanço nas negociações não se refletiu em tentativas anteriores. (Silva et al. 2014).

Até os anos 1980 as relações entre o governo colombiano e as Farc – EP se limitaram a pronunciamentos de ambos os lados, cessares – fogo eventuais e localizados e violência. Em 1980 deu-se início às negociações de paz. Na primeira delas, as Farc - EP auxiliaram na formação de um partido político, a União Patriótica (UP) que fracassou na tentativa de representá-lo oficialmente. O governo justificou o fracasso do acordo no uso de ativismo político, culpando a guerrilha de usá-lo como meio de fortalecimento militar do grupo (BBC BRASIL, 2012). Por sua vez, as FARC acusava a ineficiência do governo em reintegrar os ex-guerrilheiros na sociedade.

A segunda tentativa de negociações de paz ocorreu em 1998. O então presidente Andrés Pastrana (1998 - 2002) destinou à guerrilha uma área desmilitarizada ao sul do país a fim de iniciar o fim dos combates históricos, porém tal iniciativa não funcionou devido à negativa do governo de libertação de guerrilheiros e a anistia a todos os membros do movimento. Além disso, a

associação das Farc – EP ao narcotráfico e a pressão exterior, principalmente dos EUA, e seus desdobramentos, impediram a consecução da paz nacional.

Com o governo de Álvaro Uribe (2002 – 2010) e sua política de intenso confronto armado, as forças militares das FARC-EP diminuíram consideravelmente. Devido à repercussão dos seqüestros e assassinados noticiados e a conjuntura internacional, marcada pela campanha antiterrorista mundial encabeçada pelos EUA, que enquadrou o movimento no conceito “terrorismo” e, portanto, perigo à democracia, as FARC perderam parte do apoio popular e intelectual que possuía de longa data.

## **2.7 As relações atuais no governo de Juan Manuel dos Santos (2010 – )**

O atual presidente Juan Manuel Santos, anunciou, em 2012, o início de uma nova negociação entre o governo e as FARC, com o objetivo de elaborar um plano de paz. Iniciou-se através de negociações informais com o grupo, evoluindo-se para negociações diretas com representantes de ambas as partes em Havana, capital de Cuba. Como resultado destes encontros, assinou-se, em 26 de agosto de 2012, um acordo onde estão definidos os temas a serem discutidos, os princípios e as regras de procedimentos. Ademais, todas as rodadas de negociações serão mediadas pelos governos da Noruega, de Cuba, da Venezuela e do Chile. O acordo cobre os seguintes pontos principais: desenvolvimento rural, garantias de direitos civis e políticos para membros desmobilizados da guerrilha, fim do conflito armado, tráfico de drogas, segurança aos direitos das vítimas e a realização de julgamentos dos envolvidos em assassinatos, seqüestros e torturas.

Como seu principal negociador, o Estado colombiano nomeou Humberto de la Calle Lombana Caldas, advogado de 66 anos, que já atuou como vice-presidente do país (1994-1996). Ao mesmo tempo, o comando das FARC definiu seus dois representantes nas negociações, sendo eles Iván Márquez e Santriz José.

Portanto, distinguem-se três momentos básicos que levaram ao surgimento das Farc – EP: o primeiro a partir de 09 de abril de 1948 com a morte de Jorge Eliécer Gaitán que desencadeia as revoltas populares e campesinas contra o governo; o segundo com o golpe militar de Gustavo Rojas Pinilla em 1953, com sua política de anistia e reinserção social, que se estende até a ditadura em 1957; e o

terceiro de 1958 até os dias atuais, com a criação da Frente Nacional, alternância de governos e sua relação com as FARC-EP.

### 3. O PLANO COLÔMBIA E SEU IMPACTO NA GUERRILHA

O Plano Colômbia deve ser analisado segundo a perspectiva da política externa colombiana, particularmente a praticada com os Estados Unidos, e desde aí buscar-se as variáveis que permitem se compreender o seu impacto nas Farc-EP. Além disso, é importante deter-se no governo de Álvaro Uribe (2002 – 2010) por ter ocorrido nesse mandato grande parte da ação militar do plano e de seus desdobramentos no cenário regional.

#### 3.1 Política externa colombiana

A política externa colombiana desde seus inícios esteve influenciada pelos EUA. De um lado, sua elite político-econômica viu na adesão a órbita de interesses da potência do norte a forma de manter seus privilégios e negócios internacionais, em grande parte com a própria nação americana; de outro, os EUA percebia a nação sul-americana como local estratégico para seus interesses e foco de insurgência, atuando sobre o país pela sugestão, imposição ou intervenção.

Durante o governo de Marco Fidel Suarez (1918-1922) estabeleceu-se a doutrina *Respice Polum* segundo a qual para a diplomacia colombiana “deveria adotar um alinhamento incondicional as diretrizes EUA em matéria de política externa, sob a convicção de que, além de pertencer à esfera de influência da estrela polar do norte a Colômbia poderia tirar grande proveito dessa associação” (Santos 2011). Esta doutrina se converteu no marco ideológico que transformou a Colômbia em principal associado norte-americano na América do Sul durante o século XX e XXI. Corrobora isso, a participação de tropas colombianas na Guerra da Coreia (1950-1951), o apoio à expulsão de Cuba em 1962 da Organização dos Estados Americanos (OEA), a participação do país na qualidade de observador nas eleições salvadorenhas de 1982, o envio de tropas à Península do Sinai ara ajudar na garantia dos acordos de Camp David sobre a paz no Oriente Médio, a permissão para que os EUA instalassem radares em San Andrés, com o objetivo de monitorar o governo sandinista na Nicarágua, o não apoio à Argentina na questão das Malvinas (Arana, 2004; Carvajal, 2005/2006), entre outros. Além disso, desde a segunda

guerra mundial, a Colômbia se converteu na maior receptora de recursos econômicos dos EUA (Tokatlian, 1988; Tickner, 2000).

Apesar disso, em alguns momentos a política externa colombiana fez tentativas de distanciamento e autonomia em relação aos EUA. Carlos Lleras, ministro das relações exteriores de 1966 a 1970, e Alfonso López Michelsen, presidente de 1974 a 1978, inauguraram essa tendência política. A fim de aproximar o país de nações em similar estágio de desenvolvimento, foi criada a doutrina *Respice Simila* (Tickner, 2000; Arana, 2004; Ramírez, 2004). Nesse sentido, o país apoiou o Panamá na assinatura do tratado de Carter-Torrijos<sup>5</sup>, que dava a ele o controle do canal interoceânico, reatou as relações diplomáticas com Cuba e 1975, avançou nas negociações do Pacto Andino, tendo como ápice ao assumir a Presidência do Movimento dos Países Não-Alinhados. No entanto, essa política esbarrou em uma diplomacia frágil e retrocedeu em diversos momentos diante de temas econômicos, “nos quais o poder dos EUA e dos organismos financeiros internacionais impôs duros constrangimentos” (Santos 2011). Além disso, o tema do combate as drogas, assunto de alcance internacional a partir dos anos de 1980, contribuiu decisivamente para a "internacionalização" das questões internas, condicionando as possibilidades e estabelecendo limites a uma política externa de caráter mais autonomista.

### **3.2 Política Externa dos EUA para Colômbia**

Historicamente, os EUA definiu sua política externa para a América Latina aos interesses de suas empresas presentes nestes países, a manutenção de sua política doméstica e a sua segurança nacional. Em todo momento, ela esteve condicionada ao grau de adesão das elites latino-americanas e a resistência de segmentos sociais, principalmente daqueles sob a influência do comunismo.

Até a segunda guerra mundial, o governo norte-americano atribuiu a Colômbia interesses de ordem econômica, principalmente como fornecedor de matérias-primas, em especial platina e petróleo, fundamentais à sua corrida armamentista, após isso, tornou-se seu principal aliado principal na sua luta contra a

---

<sup>5</sup> Esse tratado garantiu ao Panamá o controle do Canal do Panamá - até então sob controle dos Estados Unidos - a partir de 1977.

influência soviética no hemisfério. Por isso, as forças armadas do país sul-americano foram enquadradas na Doutrina de Segurança Nacional norte-americana, com os EUA fornecendo apoio financeiro, militar, técnico e logístico aos militares colombianos para a luta contra grupos sociais e movimentos guerrilheiros de esquerda (Santos 2011).

A partir da década de 1970, a produção e comercialização de drogas ilícitas foram assumindo o caráter de problema de política externa para o governo norte americano. De um problema de saúde pública e desajuste social, transformou-se em questão de segurança nacional, inserida na Doutrina de Segurança Nacional do governo Nixon (1969-1974) e aprofundada durante o governo Reagan (1981-1989), chamada então de “conspiração de latinos”, cujo centro diretivo seria supostamente a Colômbia.

A partir de 1982 com a *Defense Authorization Act*, o exército norte-americano passou a participar na luta contra as drogas e, em 1986, por meio da *National Security Decision Directive* (NSDD), esta prática foi associada ao terrorismo de esquerda, o qual incluía os movimentos guerrilheiros colombianos, como as Farc – EP, agora considerados uma ameaça letal a segurança nacional dos EUA. Desde então, os EUA pressionou os países latino-americanos, especialmente a Colômbia, para que os esforços antinarcóticos e contra-insurgentes fossem ilimitados (HIRST 2003). Para isso, a potência do norte criou a *Certificação*, instrumento pelo qual o congresso norte-americano monitorava os países latino-americanos,

“suspendendo a assistência econômica, impondo sanções comerciais e vetando empréstimos de organismos internacionais de crédito aos países que não estivessem de acordo com as suas diretrizes. A estratégia militarista repressora de combate à oferta de drogas seria uma poderosa justificativa para a crescente militarização da política de segurança norte-americana na região, tendo a Colômbia como um dos palcos centrais dessa política” (Santos, 2011, p.82).

Por outro lado, o narcotráfico que financiava o poderio dos grupos paramilitares e as guerrilhas de esquerda, contribuiu para que o governo norte-americano tirasse a Certificação e qualificasse a Colômbia como uma “narco-democracia” durante o governo de Ernesto Samper (1994-1998), prejudicando a imagem externa do país e deteriorando sua economia. Esse cenário seria alterado com a criação do Plano Colômbia.



### 3.3 Antecedentes

Em sete de janeiro de janeiro de 1999 iniciou-se a segunda tentativa de um acordo definitivo de paz entre o governo colombiano sob a liderança de Andrés Pastrana (1998 – 2002) e as Farc – EP. Para tal, estabeleceu-se a concessão de 42 mil quilômetros quadrados ao sul do país ao movimento guerrilheiro pelo governo, que seria desde então uma zona desmilitarizada, dando início ao processo de paz. Sobre a mesa de negociações estavam as propostas de algumas reformas políticas e sociais, como a questão agrária, além do desarmamento e reinserção social dos combatentes do movimento. Autores, como Calvo (2010), afirmam que a iniciativa do governo se contrapunha a oligarquia colombiana e aos interesses dos EUA na região. Para aquela, reformas sociais implicavam em um reordenamento agrário, já que a concentração de terras no país é elevada<sup>6</sup> e político, com a possível participação de ex-combatentes na vida pública nacional. Para a potência do norte, a reinserção política dos guerrilheiros era considerada um “risco” à democracia e ao ideário neoliberal devido a sua pertinaz orientação ideológica marxista. Além disso, a vinculação das Farc- EP com o narcotráfico implicava outros elementos a serem considerados que não podiam estar dissociados de um simples desarmamento e reinserção político-social. No entanto, “talvez o *establishment* e Washington aceitariam que o governo adiantasse essas negociações, acreditando que a partir de diversas pressões, nacionais e estrangeiras, as FARC por fim deporiam as armas por alguns benefícios e um mar de promessas”, que não seriam ao fim realizadas.

O evento de 11 de setembro de 2001, quando as torres do World Center em New York foram derrubadas em um atentado terrorista, afetou o cenário doméstico colombiano profundamente em suas questões de segurança interna. Se com a ascensão do republicano George Bush à presidência dos EUA a política militarista do país aumentara consideravelmente, após o atentado atingiu o seu ápice. Apesar dos esforços diplomáticos de outros países de uma solução pacífica ao conflito interno colombiano, cujos líderes dos combatentes guerrilheiros eram então recebidos oficialmente por muitos governos do mundo, rapidamente o governo Bush tratou de enquadrá-los no termo “terroristas” e “narcotraficantes” (GUÁQUETA

---

<sup>6</sup> De acordo com o Instituto Geográfico Agustín Codaz, 2.428 proprietários (0,06%) possuem 44 milhões de hectares, ou seja, 53,5% do território colombiano. Em contraste, há 2,2 milhões de pequenos proprietários (55,6%) que possuem 1,7% do território. A maioria destes pequenos proprietários possui terras menores que três hectares. Fonte: [www.anovademocracia.com.br](http://www.anovademocracia.com.br)

2006). Nem mesmo a Missão da Comissão Internacional de Juristas responsável de avaliar o conflito colombiano, que definiu as metas das Farc como sendo políticas, a saber, a derrubada do governo ou pelo menos a sua modificação permanente, assim como a redução da influência externa nos assuntos domésticos, foi capaz de barrar o enquadramento das Farc no ideário anti-terrorista norte americano.

Como previsto, em 20 de fevereiro de 2002 o governo interrompeu as negociações e, poucas horas depois do anúncio oficial, as Forças Armadas iniciaram bombardeamentos sobre a Zona de Distensão, atividade chamada de *Operação Tánatos* (Calvo 2010). Esta ação unilateral, justificada pelo combate ao narcoterrorismo ignorou os vinte e oito países e o enviado especial da ONU que apoiavam a negociação (Ospina 2010). Segundo um especialista em insurgência em territórios latino-americanos:

“As condições na qual se desenvolveu a ruptura se inscrevem na longa tradição de compromissos não respeitados e traições do Estado colombiano. Segundo os acordos assinados pelo governo e as Farc, desde o momento e que se declaram rompidas as negociações se dariam 48 horas para que a guerrilha evacuasse a Zona de Distensão. Somente três horas depois que o governo anunciou a ruptura, as Forças Armadas entraram na zona, apoiadas por umas 200 missões aéreas de aviões e helicópteros, que bombardearam uns 87 locais importantes. De acordo com informações recolhidas pelos militares colombianos e estadunidenses, estia-se que as melhores forças das Farc estavam concentradas na região. Esperava-se dar um golpe estratégico a essa guerrilha, eliminando parte dessa força, e matando Manuel Marulanda Vélez, chefe máximo e histórico; Jorge Briceño, líder militar; e Raúl Reyes, principal negociador (...) (Calvo, 2010, p.256)

Nenhum chefe guerrilheiro foi capturado ou morto. A imprensa colombiana apenas mencionou que as Forças Armadas participaram da ação militar de Tánatos. Os secretários de Estado e da Defesa dos EUA, Collin Powel e Donald Rumsfeld, fizeram pronunciamentos em que afirmavam a necessidade de aportar ajuda militar à Colômbia a fim de extirpar o mal do “narcoterrorismo”. A Câmara de Representantes estadunidense aprovou então uma resolução que pretendia ajudar o governo colombiano na defesa da democracia contra organizações consideradas terroristas pelos EUA e da ameaça dos narcóticos ilícitos.

Entretanto, quando da ruptura de negociações, Washington já estava organizando um projeto estratégico para Colômbia denominado *Plano Colômbia* (Ospina 2010).

### 3.4 Negociações do Plano

Embora o Plano Colômbia oficialmente tenha começado em 2002, sua estruturação remonta aos governos de Andrés Pastrana (1998 – 2002) e Bill Clinton (1993 – 2001), na Colômbia e nos EUA respectivamente, devido ao narcotráfico, e mais adiante o terrorismo, ser neste período já considerado assunto internacional.

Andrés Pastrana, ao iniciar seu mandato, apresentou um plano ao qual chamou "*Cambio para construir la paz 1998-2002*", versão colombiana para o que viria a ser o Plano Colômbia. Segundo ele, o país possuía dois problemas fundamentais: os movimentos insurgentes e o cultivo e comércio de substâncias ilícitas. Para cada um deles sugeria um tipo abordagem: ao conflito bélico entre governo e insurgentes caberia uma negociação que gerasse um acordo mútuo; ao narcotráfico, considerava-o um problema social que precisava ser tratado de forma multilateral mediante uma espécie de "Plano Marshall para a Colômbia. Segundo esses objetivos, a intenção era de "internacionalizar (GARCIA 2001) a paz para 'desinternacionalizar' o conflito", ou seja, captar recursos de outros governos e organismos multilaterais a fim de fortalecer o Estado e desenvolver a economia, gerando condições econômicas, sociais e ambientais que propiciassem uma paz integral (Restrepo 2001). Contudo, a comunidade internacional se mantinha neutra e não lhe interessava financiar tal plano, unido as dificuldades estruturais internas para cumprir os objetivos do plano inviabilizaram essa estratégia. Diante disso, o governo colombiano buscou os EUA, do qual era parceiro histórico no subcontinente, a fim de construir uma aliança tática para a solução de seu problema doméstico.

Em 1999, Andrés Pastrana apresentou seu Plano Colômbia aos norte-americanos em uma versão nova (PETRAS 2012; VALENCIA 2005). Segundo ele, seu pedido de ajuda econômica passava pela afirmação de que a Colômbia era um país frágil, incapaz de garantir os monopólios estatais do uso da força e do controle do território, diante do poder crescente do narcotráfico e das guerrilhas (Tickner, 2007). Ou seja, buscava o apoio dos EUA para a resolução dos seus problemas internos, dentro da linguagem que os norte-americanos estavam dispostos a cooperar. Estava de volta, de forma evidente, o espírito da *Respice Polum*. Com isso, foi dado o pontapé inicial a versão norte-americana do Plano Colômbia

(RAMÍREZ 2004), escrita apenas em inglês, baseada essencialmente na sua política antidrogas, porém essencialmente militar.

Já os EUA, quando se iniciara as negociações de um plano de ajuda ao governo de Pastrana, tinham a intenção de ajudar segundo a demanda apresentada pelo mandatário colombiano. No entanto, a conjunção de percepções e interesses das diversas forças políticas e econômicas que influenciam na elaboração da política externa norte-americana, inclusive para a Colômbia, conduziu a construção do plano segundo sua própria visão e objetivos em prol dos norte-americanos. Isso quer dizer que para os grupos políticos e econômicos dos EUA o Estado colombiano era incapaz de enfrentar os conflitos internos naquele momento. Sendo assim, o governo norte-americano decidiu intervir diretamente com um pacote de ajuda, fundamentalmente militar, para a Colômbia, baseado na sua histórica visão sobre o problema do narcotráfico (Rivillas, 2002).

### **3.5 Organização do Plano**

Quando se iniciaram negociações entre o governo de Andrés Pastrana e as Farc – EP em 1998, a primeira iniciativa foi criar uma zona desmilitarizada na qual ocorreriam as reuniões entre representantes de ambas as partes. Foi escolhida San Vicente del Caguán, no departamento de Caquetá. O território foi outorgado por decreto presidencial as Farc-EP para que ali ela se reagrupasse e em comum acordo apresentasse ao governo suas demandas para uma negociação pacífica pondo fim ao conflito. A sua vez, o governo teria o controle jurídico e político sobre a região, sendo vetada qualquer iniciativa militar de sua parte contra ao grupo insurgente.

Logo ao início das negociações, Pastrana apresentou as diretrizes das Farc – EP sua iniciativa de um plano de colaboração econômica internacional para o país, expressando que ela poderia participar em sua preparação, conformação e execução (Ospina 2010). Os funcionários enviados pelo governo a zona de distensão apresentaram o plano como um projeto integral de desenvolvimento que colaboraria eficazmente na superação do conflito interno e que, portanto, deveria fazer parte da agenda de negociações.

Nenhum texto no qual constasse os instrumentos para a execução do Plano foi entregue à diretiva das Farc – EP, causando estranheza a seus líderes, bem como a outros segmentos que participavam das negociações, como a Igreja Católica e organizações não governamentais (ONGs). Em fóruns internacionais e diante de governos o presidente defendia a necessidade do Plano com o fim de obter recursos para sua execução, apresentando-o como um projeto de desenvolvimento econômico que geraria empregos, proteção dos direitos humanos, o fortalecimento da justiça e o aumento da participação social. A primeira rejeição ao Plano partiu da própria União Europeia devido a seu alto conteúdo militar. Bastava colocar-se atenção na distribuição da verba, a qual previa que 85% fosse destinado ao fortalecimento do aparelho bélico. Quando em dezembro de 1999 vazou na imprensa o conteúdo, a percepção geral foi que o *Plano Colômbia* era um projeto concebido e redigido em Washington e a função do governo colombiano seria impô-lo.

Segundo informações oficiais, o Plano Colômbia teria a duração de três anos, iniciando em 2002 e finalizando em 2005. Seu montante de investimento estava avaliado em US\$ 7,5 bilhões, os quais seriam fornecidos pelo governo dos EUA (1,3 bilhão – destinando-se US\$ milhões para o Equador – e o restante via financiamento externo. O governo colombiano deveria aplicar US\$ 4 bilhões, sendo que 80% dos recursos viriam desse financiamento externo e 20% via ajuste fiscal e de impostos sob o controle do FMI; o restante teria sua origem na Europa e outras instituições internacionais.

Desde o início surgiram ambiguidades na elaboração e consecução do Plano, inclusive quanto ao tema do combate às drogas. Para o tema do narcotráfico, o plano obedeceu às orientações da política norte-americana, desconsiderando que sua execução ocorreria em outro país com suas peculiaridades conjunturais. Segundo a política norte-americana, o consumo de droga não é percebido como um problema de demanda interna, mas como de oferta externa, e que por isso, a melhor estratégia seria a erradicação dos cultivos através da fumigação e a militarização do combate nos países produtores. Ocorreu então um desvio do princípio norteador do plano: de um projeto que visava o desenvolvimento integral da Colômbia, contemplando a economia e os direitos humanos, assumiu um caráter bélico e repressor como fio condutor, atraindo para si a maior parte dos recursos destinados a sua execução.

As Farc-Ep, bem como outros segmentos institucionais colombianos, estranharam que um projeto que pretendia procurar o desenvolvimento e a paz fosse conduzido por militares. A consternação foi generalizada quando se soube que os que discutiram e defenderam a importância do plano diante do subcomitê da Câmara do Congresso dos Estados Unidos fossem das forças armadas, e para surpresa maior, nenhum representante do governo colombiano participasse das negociações. Isso quer dizer que não houve deliberação nos segmentos políticos e instituições que compõe a vida nacional colombiana, e que, portanto, sua pauta e finalização obedeceu unilateralmente a percepção dos grupos que criam e executam a política norte-americana externa.

Enquanto os trâmites políticos ocorriam junto ao Congresso estadunidense, as multinacionais petrolíferas, as indústrias de armas e as Companhias Militares Privadas (CMP) investiam seis milhões de dólares em *lobby*. Aprovado o plano, é justificável que parte do montante financeiro inicial destinado a fins militares na Colômbia foi utilizada diretamente para a compra de serviços e equipamentos militares de empresas norte-americanas, como a Bell Textron, a Lockheed Martin, a Military Professional Resources e a United Technologies. Inclusive, o próprio Pastrana conseguiu emprestado do Banco Mundial um valor não divulgado que foi canalizado pelos EUA para suas CMP. Com isso, o plano transformou a Colômbia em um dos principais países receptores de armamentos pesados e semipesados, treinamento de forças de elite e de assessoria em inteligência militar por parte dos EUA (VIANA 2009).

### **3.6 Companhias militares privadas: mercenários de aluguel**

As empresas militares de segurança privadas, conhecidas como CMP, oferecem aconselhamento ou serviços de natureza militar, e são conhecidas como mercenárias, ou seja, “soldados de aluguel”. Os serviços e conhecimentos oferecidos por elas são semelhantes aos de militares ou policiais das forças governamentais, na maioria das vezes em uma escala menor. Igualmente, fornecem serviços para treinar ou complementar forças armadas oficiais a serviço dos governos. A contratação de mercenários é proibida por convenções internacionais, razão pela qual as CMP tentam diferenciar suas atividades do puro mercenarismo.

Porém, quando usam força ofensiva em uma zona de guerra, essas empresas podem efetivamente ser consideradas como combatentes ilegais, pois, segundo a *Convenção internacional contra o recrutamento, uso, financiamento e treinamento de mercenários* (1989), mercenário é aquele que participa diretamente de hostilidades ou de ato concertado de violência.

A mais importante CMP norte-americana a atuar na Colômbia a partir da criação do Plano Colômbia foi a Northrop Grummam Corporation. Segundo fontes oficiais, a primeira iniciativa do governo colombiano ao receber o dinheiro que deveria ser utilizado no combate ao narcotráfico foi comprar do Pentágono um sofisticado avião RC – 7, avaliado em US\$ 30 milhões, e emprestá-lo a Northrop para que realizasse o trabalho de espionagem na fronteira entre o país e o Equador, região dominada pelas Farc-EP. Apesar de desde 1990 haverem mercenários de CMP em território colombiano, com o Plano Colômbia foram contratados por elas quatrocentos ex-militares estadunidenses para atuarem no “combate ao narcotráfico”. Com isso, o Plano Colômbia, acordo entre duas nações soberanas, permitiu a legalização do mercenarismo e a confecção do principal conflito interno privatizado do mundo depois do Iraque (Ospina 2010).

Outra importante CMP em território colombiano é a DynCorp. Curiosamente, esta companhia oferece inclusive serviço de cozinheiros. Outras companhias foram contratadas para formar aos militares colombianos nas diretrizes do Plano Colômbia. Esta e outras companhias, possuem um contrato direto com o Departamento de Estado e o Pentágono, e se remete somente a essas duas instâncias governamentais. Ingressavam na Colômbia com passaporte de turista, porém com proteção diplomática. Nenhuma autoridade colombiana tem o direito a controlar suas aeronaves, nem equipagem nem carga, entrando ou saindo do país. Fontes extra-oficiais apontam que devido a isso, muitos integrantes das CMP tornaram-se intermediadores de drogas que entram e saem de território colombiano.

Segundo o Pentágono, a presença de CMP para a execução do Plano Colômbia era necessária porque o serviço de assistência militar, logística e de inteligência não podia ser transferido para os colombianos rapidamente porque estes não contavam com a “capacidade técnica” para executar os procedimentos. O fato é que de apoiadores logísticos na execução do Plano, tornaram-se gradualmente assassinos de guerrilheiros, participaram no resgate de seqüestrados e ao invés de

combaterem ao narcotráfico, objetivo explícito do Plano, em sua maioria a aquele se uniram em troca de vantagens econômicas e pessoais.

### **3.7 O caráter contra-insurgente do Plano**

Em larga medida, pode-se dizer que essa dimensão militarista também teve como alvo a expansão das ações das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN) no conflito interno colombiano, dando ao plano um caráter anti-insurgente, ainda que de forma velada, pois, oficialmente, o Congresso norte-americano limitou as ações ao combate ao narcotráfico. A crescente utilização de recursos econômicos do narcotráfico pelas guerrilhas serviu para os EUA unificarem os problemas do narcotráfico e das guerrilhas, sob o tema de combate à narcoguerrilha. Importa destacar que, além das relações com o narcotráfico, as ações das guerrilhas colocavam problemas aos interesses e princípios dos EUA no país, na medida em que as FARC e a ELN se colocavam contra a agenda neoliberal do "Consenso de Washington", atacavam e extorquiam corporações norte-americanas, geravam instabilidade regional e cometiam sequestros e assassinatos contra cidadãos dos EUA. Assim, assessorados por estrategistas militares norte-americanos e apoiados por uma ampla base tecnológica de radares, aviões, helicópteros e materiais bélicos disponibilizados ou vendidos pelos EUA, as Forças Armadas do Estado colombiano passaram a aplicar uma dura ofensiva contra os grupos guerrilheiros.

Por fim, essa crescente militarização promovida pelo Plano Colômbia também teve como objetivo garantir a segurança e os interesses econômicos de grandes corporações dos EUA presentes no país. Sob esse aspecto, as atividades das companhias petrolíferas norte-americanas na região assumem a maior relevância, e as corporações são muitas: OXY, Texaco, Harken, Chevron, BP-Amoco, Reliant, Eron, Global, Halliburton. Estudos da Associação Internacional de Jornalismo Investigativo (ICIJ), com sede em Washington, revelaram que a aprovação do Plano Colômbia pelo Congresso norte-americano ocorreu mediante um pesado *lobby* de empresas petrolíferas interessadas nas reservas colombianas e na segurança de seus negócios no país. Segundo a investigação, entre 1995 e 2000, essas companhias investiram US\$ 92 milhões em *lobby* para a aprovação do projeto.



Pode-se dizer que, com a adoção do Plano Colômbia, a Colômbia incorporou definitivamente a estratégia militarizada norte-americana de combate ao narcotráfico, com os EUA reeditando sua antiga estratégia da "Guerra de baixa intensidade", na qual oferecem recursos econômicos, logísticos e militares para que seus aliados possam implementar seus combates internos em sintonia com os objetivos norte-americanos.

Vistos em conjunto, todos esses fatos que envolveram a formulação do Plano Colômbia nos remetem a vários elementos fundamentais das relações Colômbia-EUA discutidos até aqui. Não é difícil constatar, por exemplo, que se trata de relações completamente assimétricas, nas quais prevalecem a agenda dos EUA, bem como suas definições, diagnósticos e estratégias acerca do tema. No que se refere ao lado norte-americano, parece ter ficado evidente que sua relação com a Colômbia depende de como se definem os interesses e os objetivos gerais de sua política externa, levando em conta sua segurança nacional, suas políticas domésticas e os interesses de suas grandes empresas. Nessa perspectiva, dependendo dessas condições, a Colômbia pode ter uma atenção maior ou menor dos EUA. Do lado colombiano, a recorrência ao *Respice Polum* como estratégia de política externa para viabilizar a agenda interna faz que, inevitavelmente, suas elites governantes tentem vincular os assuntos do país aos interesses e temáticas centrais da política externa norte-americana, sob pena de perder importância na agenda dos EUA. Essa opção traz benefícios, como a recepção de grandes recursos econômicos e militares para um Estado debilitado, porém pode trazer vários custos, como verificaremos a seguir, entre eles, a falta de autonomia para formular a política externa e a possibilidade de alterações nas prioridades de interesses da política externa norte-americana.

### **3.8 Álvaro Uribe e o Plano Colômbia**

Embora o Plano Colômbia tenha sido gestado durante o governo de Andrés Pastrana, e tenha entrado em vigor ao fim dele, foi com a eleição de Álvaro Uribe (2002 – 2010) que se tornou realidade. No entanto, novos elementos proporcionaram-lhe uma atuação diversificada. Em 2002 o mundo assistia aos EUA e seus aliados em plena campanha contra o terrorismo e em sua função, os grupos

insurgentes em Colômbia foram desde então denominados pelos EUA como “narcoterroristas” (PLAN NACIONAL DE DESARROLLO 2002; EL TIEMPO 2003).

O novo mandatário, apenas passados quatro dias de sua posse, decretou o Estado de Sítio e sob seu amparo, dedicou-se a ditar decretos com os quais limitava os direitos e liberdades fundamentais (LEITE ET ALL. 2007; MACHILLANDA 2005). A seguir, em nome da “luta contra o terrorismo”, anunciou uma estratégia de guerra conhecida como *Política de Segurança Democrática*. Segundo Uribe,

Não existe um conflito armado na Colômbia, mas uma “guerra contra o terrorismo”.. Todo o aparato estatal e a população devem estar a serviço do esforço militar e político do Estado para derrotar os terroristas. Devem-se outorgar os mais amplos poderes às forças militares para vencer ao “inimigo terrorista”. Deve-se ajustar os recursos judiciais, as faculdades da Corte Internacional e os órgãos de controle do Estado para que não sejam obstáculos à ação do Poder executivo na guerra contra o terrorismo(...) (apud Calvo 2010, p. 271)<sup>7</sup>

Com o intuito de intimidar – e encurralar – os insurgentes, principalmente as Farc – EP, o governo criou um programa nacional de rede de informantes e cooperantes em zonas rurais e rurais. Apenas os informantes eram recompensados em troca de delação. Em apenas dois anos do programa, o governo contava com mais de um milhão e meio de participantes.

Outro programa criado foi o “soldado do meu povo” ou “soldado camponês”. Com ele, jovens de áreas rurais aceitavam receber instrução militar durante três meses. Ao regressar aos seus lares eram incorporados ao trabalho de vigilância e combate, dotando pequenos municípios de um pelotão permanente de soldados. O resultado foi que estes “soldados” despreparados se converteram em vítimas das Farc-Ep e colocavam em risco suas comunidades devido a sua presença nelas.

### 3.9 O Plano Patriota

Declarado o estado de sítio, o presidente Uribe colocou em marcha o mais importante componente militar do Plano Colômbia, o Plano Patriota, como parte da política de Segurança Democrática. Com o apoio e assessoria dos Estados Unidos,

---

<sup>7</sup> **Comisión Internacional de Juristas.** “Colombia: Socavando el estado de derecho y consolidando la impunidad”. Informe de Misión. Ginebra, 2005.

forças combinadas do exército, a força aérea, a marinha e a polícia, mais o respaldo da Promotoria Geral da Nação, adentraram os departamentos de Caquetá, Meta, Guaviare e Putumayo, representando cerca de 240 mil quilômetros quadrados, ou seja, 20% do território nacional. Ao todo, 18 mil militares treinados em ataques a contra-insurgência participaram da ação.

Segundo analistas, não era uma simples operação militar conjuntural mas política de guerra dirigida para derrotar definitivamente as Farc-EP. De fato, naqueles territórios estavam concentrados os mais importantes comandos e forças estratégicas das Farc-EP. Em razão dos ataques, os guerrilheiros refugiaram-se nas partes mais densas da selva esperando as tropas chegarem. Surpreendentemente a mesma selva que os ocultou, defendeu-os através de doenças endêmicas, colocando fora de combate no lado dos combatentes governamentais aproximadamente 76%.

O Plano Patriota assumiu a partir de então uma nova fase de intervenção militar dos Estados Unidos no conflito armado colombiano. Se o Plano Colômbia previa inicialmente a ação militar conjunta entre o exército colombiano sob a assessoria norte-americana contra o narcotráfico, a partir de então se tornou uma ação militar permanente contra os grupos insurgentes instalados no país. Desde sua aprovação pelo Congresso em Washington, ele apresentou-se desde o início como algo sistematicamente desenhado pelo Comando Sul. Curiosamente, o Plano foi executado sem qualquer tipo de controle do Congresso Colombiano, que por lei estava obrigado a autorizar o trânsito de tropas e assessores militares estrangeiros em território nacional.

Os resultados do Plano Colômbia devem ser avaliados com cuidado. O entusiasmo inicial ao fim do governo Pastrana foi substituído pelo temor com o início do governo de Uribe. Com este, já com o nome de Plano Patriota, seu forte conteúdo militar ocasionou grave problema humanitário e político: quanto ao primeiro, provocou deslocamentos forçados, confinamento das populações e incremento da pobreza e da miséria no sul do país; ao segundo, o envolvimento progressivo das nações vizinhas no humanitário e militar (Ospina 2010).

#### **4. DESDOBRAMENTOS DO PLANO COLÔMBIA NAS RELAÇÕES REGIONAIS**

O Plano Colômbia transcendeu o território colombiano acarretando tensões com as nações fronteiriças. De um conflito interno, tornou-se um problema regional devido a equivocada condução do Plano, gerando instabilidade e problemas diplomáticos entre os países envolvidos no conflito. As Farc-EP viram nisso uma violação da soberania do estado colombiano alegando atender aos interesses norte-americano. Se bem que a grande potência tem essa intenção, coube-lhe às Farc-EP denunciar tal abuso, ignorado externamente devido a não legitimidade do movimento para a maioria da comunidade internacional, obediente às diretrizes dos Estados Unidos.

##### **4.1 Políticas de Segurança do Governo Brasileiro: O Plano Cobra**

O quadro recente das relações bilaterais do Brasil com a Colômbia (CEPIK 2004) destaca-se o acordo firmado em 1972, Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os dois países que conforme o Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2010, P.7) “possui a finalidade de capacitar especialistas colombianos na gestão de mecanismos de proteção e negociação internacional na área de propriedade industrial.”

O Tratado de Cooperação Amazônica firmado de 1978 determinava a exploração racional de seus recursos naturais, enquadrando-se numa especial contribuição ao esforço constante que os dois países realizam para elevar a qualidade de vida de seus povos, através da progressiva utilização das riquezas naturais e da potencialidade econômica da Região Amazônica, considerando a conveniência de promover a mais estreita colaboração entre os dois países com o propósito de conservar o meio ambiente e alcançar o racional aproveitamento da flora e da fauna de seus respectivos territórios amazônicos. (MRE, 2010) Esse tratado assegurou boas relações bilaterais e esforços que poderiam se estender a outros níveis em caso de necessidade.

“O problema da segurança e soberania da Amazônia, sob a perspectiva do aparato geopolítico, está alicerçado no Projeto Calha Norte e o Sistema de vigilância e proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM)”. (MRE, 2010, p.4). Segundo o Ministério da Defesa (2010, p.1) “o Projeto Calha Norte que surgiu em 1985, foi elaborado com o fim de aprofundar a presença do Estado ao norte dos rios Solimões e Amazonas, abrangendo uma área praticamente inexplorada.”

Na sua etapa de implantação era chamado Projeto Calha Norte e tinha uma atuação limitada, prioritariamente, na área de fronteira. Posteriormente, o Programa foi expandido e ganhou importância em vista do agravamento de alguns fatores. Entre eles, o esvaziamento demográfico das áreas mais remotas e a intensificação das práticas ilícitas na região. Nesse contexto, cresce a necessidade de vigilância de fronteira e proteção da população. Ao proporcionar assistência às populações, as ações do Programa pretendem fixar o homem na região amazônica. (DEFESA, 2010)

A partir da década de 90, o Governo do Brasil decidiu implantar uma política que permitisse a promoção do desenvolvimento da Região Amazônica. Em junho de 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), patrocinada pela Organização das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, foi apresentada a política para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, cujas linhas mestras estavam baseadas em dois grandes projetos: o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).(MRE, 2010)

Tal política representava uma ação concreta do Governo brasileiro, ciente de sua responsabilidade com relação à preservação da Amazônia, de forma a possibilitar melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentado dessa vasta e rica área e contribuindo, ainda, para o equilíbrio ecológico do planeta. Na sua concepção, o projeto teria dois grandes braços: um voltado para a vigilância de tão extensa área e outro que assegurasse a permanente presença do Estado no desenvolvimento da região. (MRE, 2010)

Segundo a (DEFESA, 2010, p.2) “o SIPAM tem como objetivo a integração e difusão de conhecimentos para permitir o planejamento e a coordenação de ações entre os vários organismos que têm atuação no cenário amazônico.”“Para que o SIPAM pudesse atuar com plena capacidade de coordenação, foi necessário o desenvolvimento de um aparato de detecção e transmissão de dados e informações

e, para isso, foi desenvolvido o SIVAM.” (DEFESA, 2010, p.2)O SIPAM/SIVAM representa um complexo sistema de coleta, análise e difusão dedados, que tem como objetivo maior garantir o desenvolvimento sustentável, a soberania nacional e a preservação do meio ambiente da Região Amazônica.

Durante a década de 1990, a preocupação dos agentes estatais brasileiros com os possíveis efeitos fronteiriços do conflito colombiano era ainda incipiente, embora a perspectiva de crescimento das guerrilhas, a crise de legitimidade do Estado colombiano e as possíveis repercussões nas relações internacionais na América do Sul pudessem oferecer um quadro conflituoso por si só. (MONTEIRO, 2009; PAGLIARI 2009)

As primeiras medidas do Estado brasileiro relacionadas à questão colombiana começaram a ocorrer em 1999 e 2000 – é o caso da Operação COBRA. A partir 15de 2002, ocorreu uma intensificação na aplicação das políticas de controle com repercussão na zona de fronteira Brasil-Colômbia. (MONTEIRO, 2009)

Entre 2002 e 2006 foram realizadas as Operações Combinadas, com o foco predominante na fronteira Brasil-Colômbia-Peru. Além disso, foi ratificado o acordo com a Colômbia para o controle de vôos ilícitos, foi firmado um acordo binacional com a Colômbia para repressão à criminalidade e ao terrorismo, foram regulamentadas a Lei do Abate. Foi assinada a lei da Patrulha Naval, as Forças Armadas ganham poder de polícia na faixa de fronteira; são ampliadas as verbas e a área de atuação do Programa Calha Norte; o SIVAM entra em operação e é oferecido aos países vizinhos, sendo que o município de São Gabriel da Cachoeira-AM recebe o 2º Batalhão de Infantaria de Selva, transferido do Rio de Janeiro-RJ e uma Base Aérea; é criado o9º Distrito Naval com sede em Manaus-AM e têm início as Operações COBRA.(DEFESA, 2010)

A Operação COBRA foi criada em 2000 e se refere à criação de diversas bases da Polícia Federal para efetuar o controle das vias fluviais e pistas clandestinas utilizadas para tráficos ilícitos na fronteira Brasil-Colômbia. A Operação COBRA constitui-se como uma estrutura permanente da Polícia Federal, mas que conta com o apoio das unidades militares presentes na fronteira, além do intercâmbio de informações com os organismos correlatos do lado colombiano. (DEFESA, 2010)

O objetivo da Operação COBRA da Polícia Federal foi empreender um controle das vias de penetração na fronteira Brasil-Colômbia para atuar contra o

tráfico de drogas através da ação combinada da Polícia Federal e das Forças Armadas, em colaboração com os organismos equivalentes do lado colombiano. (DEFESA,2010)

Segundo a (DEFESA, 2010, p.6) “a Lei do Abate foi regulamentada em julho de 2004 com o intuito de abater a aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins”. Os mecanismos de aplicação da Lei do Abate no Brasil consistem nos serviços de informação da Força Aérea Brasileira , da Delegacia de Polícia Federal (DPF) e da Agência Brasileira de Informação (ABIN) e na infra-estrutura da Aeronáutica disponível para responder prontamente à identificação das aeronaves ilegais. Os serviços de informação possibilitam a identificação de rotas, áreas e estratégias dos traficantes. (MONTEIRO, 2009)

Em 2004, foi aprovado o decreto que dispõe sobre a Patrulha Naval no mesmo mês do decreto sobre o abate de aviões, com sentido similar. Este decreto regulamenta a abordagem da Patrulha Naval para a inspeção de navios e embarcações. (MONTEIRO, 2009) A finalidade da Patrulha Naval é “implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, em águas jurisdicionais brasileiras, na Plataforma Continental brasileira e no alto-mar, respeitados os tratados, convenções e atos internacionais ratificados pelo Brasil”. O Decreto estabelece que “embarcações estrangeiras em atividades não autorizadas nas águas jurisdicionais brasileiras serão apresadas e encaminhadas pelo Comando da Marinha às autoridades competentes”. (DEFESA, 2010)

Quando as forças armadas colombianas pressionavam as Farc, encurralando-a na fronteira brasileira, situação comum a partir do Plano Colômbia, esta optava por subir a selva, contornando a fronteira em direção a região norte na qual possuía bases, ou ao sul, adentrando em território equatoriano ou peruano. Somente atravessava a fronteira quando necessitava de mantimentos ou para recobrar forças para retomar o combate. Para sua diretivas, a penetração em solo brasileiro colocava em risco as relações amistosas entre os dois países, provocando tensão, atendendo assim aos interesses norte-americanos de se gerar instabilidade regional. Além disso, nesse cenário as própria sobrevivência seria colocada em xeque.

## 4.2 Pressão sobre o Panamá

O ataque dos 11 de setembro de 2001 aos EUA teve como consequência massiva campanha ocidental, liderada pelos EUA, contra o terrorismo e o que com esse se relacionasse. Nesse sentido, em março de 2003 o chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, general James T. Hill realizou em Miami uma conferência sobre segurança hemisférica, cuja tema principal era sobre a necessidade de proteção contra a “contaminação” procedente da Colômbia e o terrorismo em geral. O militar aludia ao narcotráfico colombiano. Segundo ele, os acontecimentos em território colombiano apontavam que o Panamá corria o risco de ser invadido por “narcoterroristas” oriundos daquele país e que, portanto, uma invasão desse tipo se considerava um assunto de soberania e assim um desafio militar.

Se o Panamá estava sobre iminente possibilidade de uma invasão “narcoterrorista”, os EUA sentia-se na obrigação de treinar policiais panamenhos a fim de protegerem a fronteira com a Colômbia e usando das prerrogativas do tratado Torrijos-Carter, continuar mantendo seus três mil militares e solo panamenho para a necessidade de sua intervenção caso a neutralidade ou segurança do canal estivesse em perigo. Portanto, fins militares se conjugam com os econômicos. Diante de tal justificativa, a comunidade internacional assentiria em uma intervenção militar na região.

Segundo dados da polícia nacional panamenha de 2000, a guerrilha colombiana sempre ingressou em território do país vizinho com o objetivo de descansar dos combates e em busca de provisões. Quando ela atravessa a fronteira fugindo do exército depois de cessado os combates, ela sempre retornou sem afetar ou interferir nas atividades dos civis panamenhos.

No momento em que o Plano Colômbia foi aprovado, o problema de fato que existia na divisa entre os dois países não se referia à guerrilha mas as AUC (paramilitares). Estes controlavam a os 290 quilômetros de fronteira entre Panamá e Colômbia, utilizando-a no escoamento da cocaína e da heroína que exportavam. Devido a isso, as AUC não confrontavam a guerrilha nesta região mas tratavam de perseguir e acabar com as supostas bases de apoio dela, fosse panamenha ou colombiana, a fim de não prejudicarem seu lucrativo comércio de entorpecentes na região. O problema era que estes colaboradores eram civis e estavam assentados dos dois lados da fronteira.



Historicamente o Panamá se mantivera neutro quanto ao conflito colombiano, porém a instauração do Plano Colômbia levou ao governo da Presidente Mireya Moscoso (1999-2004) a alterar sua postura, contrariando o Tratado Torrijó-Carter que determinava a neutralidade como garantia para a segurança do canal interoceânico. Isso ocorreu devido a pressão estadunidense da necessidade de que o hemisfério deveria ser protegido do "terrorismo internacional" e do "narcoterrorismo".

De fato, o Panamá não tinha então como se proteger de qualquer agressão externa uma vez que não dispunha de exército, desmantelado após a operação "Causa Justa", em dezembro de 1989, e substituído pela Força Pública destituída de meios. Esse fato permitiu que o Panamá ficasse nas mãos dos EUA e por isso, acordos de segurança permitiram às autoridades americanas agirem no Panamá como se elas fossem, ali, soberanas. Por isso foram realizados acordos administrativos de segurança entre os dois países que permitiam às autoridades civis e militares americanas controlar a terra, o ar e o mar, as fronteiras, as comunicações públicas e privadas, as alfândegas e os serviços de imigração". Um exemplo de atuação foi que em agosto de 2004 houve um exercício naval, organizado pelo Southern Command - Panamax - do qual participaram, além do Panamá, a Argentina, o Chile, a Colômbia, a República Dominicana, Honduras e o Peru. Objetivo: preparar uma defesa do canal do Panamá contra um ataque terrorista.

### **4.3 A Neutralidade da Venezuela**

Diante da negativa do governo de Hugo Chávez de participar do Plano Colômbia, o general Hill, chefe do Comando Sul, discursou ao Congresso estadunidense em 24 de março de 2004, ao qual acusava o mandante venezuelano de liderar o populismo radical na América Latina, considerando tal política uma ameaça à segurança nacional dos EUA. A sua vez, Chávez, desde sua posse anunciara que a Venezuela ficaria neutra diante do conflito colombiano por considerá-lo um assunto de soberania e que, um apoio de seu governo a um plano somente seria dado desde que fosse baseado em uma saída política.

Autores, como Calvo Ospina (2010), afirmam que o Plano Colômbia, em razão de sua intencional iniciativa de desestabilizar a região em função de uma justificativa de frágil ação do poder nacional sobre o “narcoterrorismo”, forjou um alicate militar, e paramilitar, sobre a Venezuela em sua fronteira de 2219 quilômetros. A sua vez, autoridades venezuelanas afirmavam que seu projeto bolivariano de independência internacional e liderança regional barrava os interesses estadunidense na região.

A conjuntura colombiana, ou seja, o conflito armado e a partir desse a criação do Plano Colômbia, foi utilizado pelos EUA também para frear o processo venezuelano de autonomia política e liderança regional. Com a justificativa da aplicação do plano, tropas colombianas e americanas faziam operações militares de baixa intensidade na fronteira entre os dois países, cruzando à fronteira por meio de operações encobertas, clandestinas e não convencionais. Segundo especialistas, isso criaria desestabilização social, econômica e militar que a médio prazo geraria uma situação de violência social e ingovernabilidade. Isso seria o pretexto ideal para que houvesse uma intervenção militar estrangeira sem solo venezuelano.

Um dos importante motivos para a militarização da fronteira entre a Colômbia e a Venezuela é a presença de petroleiras estadunidense na fronteira, como a *Occidental Petroleum* em Saravena no departamento de Arauca – Colômbia, no qual se encontravam em 2005 quatrocentos soldados das forças especiais dos EUA e contratantes militares particulares. A guerrilha cotidianamente sabota a atividade da petroleira porque segundo eles ela leva o petróleo cru, deixando apenas umas esmolos que não beneficiam a população da região.

Por outro lado, assim como no Equador, o paramilitarismo é um grave problema na fronteira entre a Colômbia e a Venezuela. Desde 2001, o paramilitarismo se consolidou na região do departamento de Arauca, expulsando a população local por meio de assassinatos e, em coordenação com o exército, repovoar várias habitações, transformando-as em locais estratégicos, principalmente na proximidade ao oleoduto da *Occidental Petroleum*. Em troca, o exército finge não perceber a passagem de cocaína e heroína para território venezuelano e dali para outras regiões do país.

Igualmente na parte norte da fronteira, que atinge ao mar do Caribe, os paramilitares exportavam aproximadamente 800 toneladas de cocaína anuais proveniente de suas áreas de cultivo ao longo da fronteira. Ironicamente, segundo

oficiais encarregados de aplicar o Plano Colômbia na região (MALAMUD 2003), a economia do tráfico de drogas servia como sustentação aos paramilitares para manter sua luta armada contra a guerrilha, tão prejudicial ao desenvolvimento da região.

#### 4.4 Base Militar norte-americana no Equador

A base militar de Manta, no Equador, a 230 quilômetros ao sudoeste da capital Quito, e uma cidade portuária sobre o oceano Pacífico, foi cedida em 1999 a Força Aérea dos EUA por um período de dez anos. Segundo o acordo, a base seria utilizada como apoio na luta contra o narcotráfico no noroeste da América do Sul, especialmente na Colômbia. A partir do Plano Colômbia, esta base foi utilizada nas operações de detecção e inteligência sobre a insurgência colombiana. Porém, qualquer base naval em área equatoriana pode ser utilizada por barcos e navios dos Estados Unidos, segundo estipula o Acordo de Cooperação entre ambas as nações, assinado em Quito em dezembro de 1999.

Como visto, embora o Plano Colômbia seja oficialmente um plano econômico de ajuda estadunidense à Colômbia para o combate ao narcotráfico, na prática a maior parte de seus recursos foram utilizados no combate às Farc-Ep, as quais o governo americano atribuiu o título de “narcoterroristas” por sua vinculação com o narcotráfico. Nesse sentido, o acordado entre EUA e Equador seria que a base de Manta serviria exclusivamente como base desde a qual se realizaria o controle anti-narcóticos porém era usada no reconhecimento de possíveis acampamentos das Farc-EP em solo equatoriano<sup>8</sup>.

Também no Equador a empresa de segurança terceirizada Dyncorp esteve envolvida nas atividades na base de Manta, iniciando suas atividades a partir de 2003. Foi de suas filias que saiu o ex-bombeiro norte-americano Jeffrey Shippy, o qual criou um cartel em Manta: a *Security Investigation*, que treinava homens para atuarem no conflito colombiano através de missões de segurança. Era

---

<sup>8</sup> Contrariamente ao acordado, em 2008 o exército colombiano ingressou em território equatoriano atacando acampamentos das Farc-Ep, matando ao líder histórico Raúl Reyes. Tal incursão teve a participação dos EUA, criando além de um problema diplomático entre a Colômbia e o Equador, a não renovação do presidente Rafael Correa do acordo pelo qual este cedia a base de Manta aos EUA.

essencialmente responsáveis de realizarem o trabalho sujo: matar guerrilheiros ou supostos colaboradores destes.

Por outro lado, em julho de 2003, uma resolução do parlamento equatoriano ratificou a soberania nacional sobre a ilha de Baltra, pertencente ao complexo de ilhas de Galápagos, pretendida pelos EUA para participar junto da base militar de Manta no combate ao narcotráfico. De fato, no curso da segunda guerra mundial, em 1942, os EUA ocupou a ilha, utilizando-a como enclave estratégico dirigido ao controle do Pacífico sul ao desenvolvimento de suas operações contra o Japão, até a explosão das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Em 1946 o governo de Velasco Ibarra reivindicou a soberania equatoriana e expulsou a base militar americana (EL TIEMPO 2010).<sup>9</sup>

#### **4.5 Declarações das Farc frente aos desdobramentos do Plano Colômbia**

Ao longo do conflito armado colombiano, as Farc – EP têm emitido oficialmente *Comunicados* através da *Secretaría do Estado Mayor Central*. Estas são emitidas após conversação e consenso entre seus comandantes e expressam os norteamientos diretivos a serem seguidos por todos os comandos e os posicionamentos do grupo frente às relações com o estado colombiano e outras instituições ou pessoas atuantes no processo ou negociações.

Em seus pronunciamentos, o Estado Mayor Central obedece a alguns princípios baseados em suas linhas mestras ideológicas, a saber: sua orientação marxista-leninista de inspiração bolivariana, a defesa do agricultor, a oposição a presença norte-americana em solo colombiano e em sua vida política, o controle estatal sobre os recursos naturais em oposição às corporações internacionais. Para que seus objetivos sejam alcançados, as Farc-EP defende a luta armada como instrumento necessário.

Ao longo dos 50 anos de conflito armado, diversos comunicados foram emitidos pelo Estado Maior Central; alguns dirigidos ao governo colombiano, outros, à comunidade internacional. Especificamente no que concerne ao Plano Colômbia e

---

<sup>9</sup> Ao sair da ilha, o Pentágono bombardeou a ilha destruindo o aeroporto e todas as instalações que construiu nela.

a seu componente militar representado pelo Plano Cobra, alguns são de transcendental importância para entender a compreensão das Farc dos fatos. Entre eles, é significativo o comunicado enviado à Organização dos Direitos Humanos (HRW 2012) de 21 de julho de 2001, as vésperas do início do Plano Colômbia. Segundo o Estado Maior, a presença e ação norte-americana em território colombiano se constituem em uma velada guerra de conquista, um intervencionismo, mascarados sob o discurso de uma ajuda humanitária e plano de desenvolvimento social para o país.

A participação norte-americana no desenrolar do conflito armado, influenciando - e impondo - as decisões do governo colombiano, é definida como uma forma de transnacionalização da justiça estadunidense através das Nações Unidas, prévio desmantelamento da justiça soberana dos Estados. Como mostra de intervencionismo (ANZOLA 2000), a petição do governo americano da anulação das disposições legais que sustentavam a zona desmilitarizada Del Caguán, durante o governo de Andrés Pastrana, já que tais disposições foram o resultado dos acordos e garantia para que os interlocutores do governo e das Farc adiantassem as negociações.

O documento afirma igualmente que o conflito interno e seus desdobramentos é um assunto de soberania nacional, não interesse de quaisquer países, principalmente dos EUA, e que a luta pela paz e pela reconciliação da família colombiana somente a ela lhe diz respeito. Além disso, rechaça a presença de ONGs em território de conflito porque as vê como instrumento para impor as políticas do Departamento de Estado dos Estados Unidos e os objetivos da globalização neoliberal.

As Farc-EP igualmente manifestaram sua compreensão do envolvimento de outros países nos desdobramentos das atividades militares do Plano Colômbia. Pelo motivo de perceber o conflito armado como um assunto de política doméstica, o Estado Maior Central defende a neutralidade da comunidade internacional e concorda em que os lineamentos políticos estratégicos de suas organizações, aprovados desde a década de 1980, determinaram não realizar ações militares ou econômicas nem se imiscuir na vida política dos países vizinhos, esperando a reciprocidade e o respeito (Ospina 2010).

Em outro Comunicado do Estado Maior Central de primeiro de outubro de 2006, as Farc manifestaram inconformidade após quase cinco décadas de conflito,

acusando ao governo permitir a dependência e submissão aos interesses dos EUA, gerando uma falsa sensação de democracia em amadurecimento. Todas as operações militares, de 1964 a 2006, desde o Plano LASO até o Patriota (dos “gringos”), fracassaram. Todos os presidentes a partir de Guillermo León Valencia até Álvaro Uribe fixaram prazos breves para a derrota militar da guerrilha, e terminaram mais distantes desse objetivo.

Este comunicado tem um tom Pró-ativo, pois nele as Farc –EP propuseram ao governo colombiano uma solução pacífica ao conflito, sugerindo uma agenda que constasse a desmilitarização de Caquetá e Putumayo para o início das conversações de paz; suspendesse as ordens de prisão dos integrantes do Estado Maior Central das Farc – EP e solicitasse à comunidade internacional suspender a qualificação como organização terrorista.

Sob estas condições, as Farc, em acordo com o governo colombiano, entrariam de imediato a explorar caminhos que conduzissem a um cessar fogo bilateral e a analisar a solução política ao conflito social e armado, segundo os seguintes pontos: Agenda Comum do Caguán e Plataforma para um Novo Governo de Reconciliação e Reconstrução Nacional; fim da associação entre as forças armadas e o paramilitarismo; reparação econômica por parte do Estado a todos os afetados pelo conflito interno; Tratado de Livre-Comércio com os EUA reforma agrária imediata que incluía a restituição das terras aos camponeses afetados pelo conflito; retorno dos desterrados a suas anteriores áreas de vida com plenas garantias pessoais, econômicas, sociais e políticas por parte do Estado; reforma urbana imediata; Assembleia Constituinte e política energéticas.

Apesar das propostas das Farc – EP, os EUA, os grupos de interesses e a própria opinião pública, desgastada depois de anos de conflito armado, perdas irremediáveis e ressentimentos, em um contexto de luta contra o terrorismo, e a própria política pessoal do presidente Uribe, impediram sua execução. Um dos motivos alegados foi que na pauta das negociações, as Farc – EP não mencionou nenhuma proposta para dar fim ao narcotráfico. Um segundo e emblemático motivo, fora que a pressão norte-americana e a opinião pública exigiam ajuizamentos pelos crimes das Farc – EP e inserção social progressiva, não automática. Sendo assim, a política repressiva de Uribe se manteve, seguindo os norteamentos do Plano Colômbia.

## 5. CONCLUSÃO

Os fatos analisados neste trabalho permitem-nos afirmar que o conflito armado em Colômbia é o resultado do descontentamento pela ineficiência do Estado em criar um projeto nacional que integre e beneficie a todos os seus segmentos sociais. As Farc – EP tem atuado como catalisadora desse dinamismo e o Estado não tem atuado sobre a realidade eficientemente. Por outro lado, a convergência de interesses (AYERBE 2002) em solo colombiano, muitos desses alheios a sua própria sociedade, obstaculiza a superação do conflito. É nesse sentido que se buscou demonstrar que o princípio da soberania esteve cooptado durante o Plano Colômbia pelos interesses norte-americanos segundo a lógica de sua política externa, comprometendo a estabilidade da região

As cinco décadas de confronto armado na Colômbia parecem demonstrar sua frágil governança para consolidar sua unidade nacional e para garantir o funcionamento efetivo do seu Estado. Nesse sentido, a garantia de sua soberania e o exercício do monopólio do uso da força e fiscal são ineficientes em um território marcado pela presença estatal parcial sobre todo o território.

Neste quadro de cultura política violenta, os grupos armados insurgentes, em especial as Farc – EP, emergiram como alternativa aos grupos sociais que se percebiam limitados em sua participação política e em seu acesso aos recursos disponíveis e concentrados nas mãos de uma elite indisposta a partilhar de seus privilégios políticos e econômicos. Pese a isso a influência política das companhias estrangeiras, em particular as norte-americanas, na vida social do país, assim como os interesses do governo dos EUA para a região, utilizando o Estado colombiano como entronque estratégico de sua política para o subcontinente sul-americano.

A criação e a execução do Plano Colômbia sob o “auxílio” do governo dos EUA, como plano de desenvolvimento, atraiu a atenção da comunidade internacional para o problema colombiano devido a seu acentuado conteúdo militar e desdobramento regional, criando uma preocupação generalizada. A intensa participação norte-americana (logística, monitoramento e assessoria) foi absorvida pelas Farc – EP como violação à soberania do país, continuísmo à exploração de seus ricos recursos naturais e intento de desautorização do ideal revolucionário sob a acusação de narcoterrorismo (atribuição recebida pelas Farc – EP na gestão de George Bush (filho)).

Uma leitura desatenta – talvez preconceituosa – atribuiria unilateralidade a análise realizada deste trabalho ou uma tentativa de legitimar as Farc – EP. Não se nega o sofrimento que a longa duração do conflito armado tem causado à história colombiana através da violência, dos seqüestros e da própria associação e participação do narcotráfico ao conflito. Fontes apontam que a violência foi e é generalizada: seja de parte do Estado, seja de parte dos insurgentes. O que se quis neste trabalho demonstrar foi que o Estado colombiano sofre as conseqüências de uma luta de interesses que o debilitam reagindo a elas por meio da violência. Nesse sentido, procurei apresentar o que o Plano Colômbia foi desde o início um erro que prejudicou a nação interna e externamente, aumentando a violência.

O conflito armado deixou mais de sessenta mil mortos. Durante esses cinqüenta anos de luta armada, os governos e as Farc – EP tentaram negociar a paz durante quatro vezes, a última durante o governo de Andrés Pastrana no fim dos anos 1990. A negociação fracassou após o governo desmilitarizar a região sul do país que se tornou referência de onde partem as principais atividades dos insurgentes. Contudo, com o governo de Álvaro Uribe (2002 – 2010), a ofensiva militar baseada no Plano Colômbia, enfraqueceu as Farc – EP.

Desde 2012, já no governo do atual presidente, Juan Manuel Santos (2012 -) representantes do governo e das Farc – EP iniciaram oficialmente as negociações de paz (EL TIEMPO 2010) em Oslo, Noruega, no mês de outubro (EL CARIBE 2012; EL MUNDO 2010). Atualmente, o processo se encontra em um segundo estágio, negociando-se em Havana, Cuba (CARTA CAPITAL 2012; FOLHA 2012). Há mútua intenção de se superar o conflito, porém isso será difícil, com dificuldades apresentadas por ambas as partes. De um lado, as Farc – EP exigem que os grupos que exploram os recursos naturais do país, como as petroleiras estrangeiras, abandonem ao país, afim de que o monopólio de seu uso retorne ao Estado; associado a elas, que a soberania nacional seja respeitada, significando principalmente que os EUA não coordenem mais a política externa do país; libertação dos guerrilheiros encarcerados; e que seja realizada a Reforma Agrária. A sua vez, o governo exige a imediata deposição das armas, libertação de todos os sequestrados e desmobilização dos insurgentes.

O fundamental é que com o encaminhamento das negociações e a possibilidade de um acordo definitivo, o Plano Colômbia seria definitivamente



sepultado e o país poderia começar um novo período, marcado pela construção de sua unidade política e social.

## REFERÊNCIAS

**A NOVA DEMOCRACIA.** Mapa da concentração da terra na América Latina. (10/01/2012). Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-85/3808-mapa-da-concentracao-da-terra-na-america-latina>. Acesso em 18/11/2014.

ANDELFO GARCIA. Plan Colômbia y ayuda estadounidense: una fusión traumática. In: Restrepo, Luiz Alberto ET al (org.) **El Plan Colombia y la internacionalización del conflicto**. Bogotá: IEPRI/ PLANETA, p. 193-297, 2001.

ANZOLA, Libardo Sarmiento. Plan Colombia, conflicto e intervención. **Revista Latinoamericana de Economía**, n° 123, 2000, p. 22-34.

ARANA, Roberto González. La política exterior de Colombia a finales del siglo XX. Primeras aproximaciones. **Investigación y Desarrollo**, diciembre, ano/vol 12, n° 2, 2008, p. 258-285.

AYERBE, Luís Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: UNESP, 2002.

**BBC BRASIL.** Entenda as negociações de paz com as FARC na Colômbia. 2012. (05/05/2014). Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/09/120904-farc-paz>. Acesso em 17/11/2014.

BUITRAGO, Francisco Leal. La Seguridad em el Gobierno de Álvaro Uribe. In CEPIK, Marco; RAMÍREZ, Socorro (org.). **Agenda de Seguridad Andino-Brasileña; primeras aproximaciones**. Bogotá: IEPRI, 2004, p. 175-241.

CALVO OSPINA, Hernando. **O terrorismo de Estado na Colômbia**. Florianópolis: INSULAR, 2010.

**CARTA CAPITAL.** Farc indicam que chegarão sem agendas paralelas a diálogo de paz em Cuba. (28/10/2012). Disponível em:

<http://www.cartacapital.com.br/internacional/farc-indicam-que-chegarao-se-agendas-paralelas-a-dialogo-de-paz-e-cuba>. Acesso em 10/11/2014.

..... Farc insiste na proposta de trégua durante diálogo de paz da Colômbia. (20/10/2012). Disponível e: <http://www.capital.com.br/internacional/farc-insiste-na-proposta-de-tregua-durante-dialogo-de-paz-da-colombia/>. Acesso em 10/11/2014.

CEPIK, Marco; BONILLA, Adrián. Seguridad andino-brasileña: actores, conceptos y debates. In: CEPIK, Marco; RAMÍREZ, Socorro (org.). **Agenda de Seguridad Andino-Brasileña: primeras aproximaciones**. Bogotá: IEPRI/FESCOL, P. 37-94, 2004.

**COLOMBIA.** Plan Nacional de Desarrollo. Bases 1998-2002, Bogotá, noviembre de 1998.

..... Presidencia de la Republica de Colombia. Impacto de la Política de Seguridad Democrática sobre la confrontación armada, el narcotráfico y los derechos humanos. Bogotá: Observatório do Programa Presidencial de Direitos Humanos, 2007.

**EL CARIBE.** \_Gobierno Colombiano y las FARC firman um acuerdo marco. (04/09/2012). Disponível em: <http://www.elcaribe.com.co/2012/09/04/gobierno-colombiano-las-farc-firman-acuerdo-marco>. Acesso em 13/10/2014.

**EL MUNDO.** El líder de las FARC propone diálogo al nuevo gobierno de Santos.(31/07/2010). Disponível em: <http://WWW.elmundo.es/america/2010/07/30/Colômbia/1280513835.html>. Acesso em 16/10/2014.

**EL TIEMPO.** Uribe compara FARC com Al Qaida. \_(27/12/2003). Disponível em:<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1049132>. Acesso em 25/10/2014.

..... La nueva realidad de las FARC. (16/07/2011). Disponível em:  
<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-992724>. Acesso em 25/10/2014.

..... Colombia y Venezuela hacen las pazes. (11/08/2010). Disponível em:  
[http://WWW.portafolio.co/detalle\\_archivo/MAM-4091894](http://WWW.portafolio.co/detalle_archivo/MAM-4091894). Acesso em 25/10/2014.

..... Normalidad para Colombia y Ecuador. (27/11/2010). Disponível em:  
[http://www.portafolio.co/detalle\\_archivo/MAM-4091894](http://www.portafolio.co/detalle_archivo/MAM-4091894). Acesso em 25/10/2014.

..... Dispuesto a diálogo com la guerrilla. (07/04/2010). Disponível em:  
<http://www.elnuevoherald.com/2012/10/28/1332177/uribe-gobierno-esta-mas>.  
 Acesso em 25/10/2014.

**FOLHA DE SÃO PAULO.** Colômbia e as Farc iniciam reunião técnica em Havana. (07/11/2012). Disponível em:  
<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/118144-colombia-e-as-farc-iniciam-reuniao-tecnica-em-havana.shtml>. Acesso em 20/11/2014.

GUÁQUETA, Alexandra. Transformación y efectos de la cooperación antidrogas entre Colombia y Estados Unidos (1970-2000). In: **Narcotráfico: Europa, Estados Unidos, America Latina**. Colombia: Universidad de Los Andes/CESO, p. 185-223, 2006.

HYLTON, Forrest. **A Revolução Colombiana**. São Paulo, UNESP, 2007

HIRST, Monica. Seguridad regional em las Américas. In: GRABENDORFF, Wolf (org). **La seguridad regional em las Américas**. Bogotá: Fescol/Cerec, p. 25-80, 2003.

**HUMAN RIGHTS WATCH.** World Report 2012: Colombia. Documento disponível em: <http://www.hrw.org/world-report-2012/colombia>. Acesso em 03/11/2014.

LARREA, Marcelo. **Islas Galápagos: Em la mira del Plan Colombia.** (08/04/2004) Artigo disponível na internet. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article120734.html>. Acesso em: 23/11/2014.

LEITE, Iara & CARPES, Mariana. O governo Uribe: militarização, processos de paz e política externa. In: SOARES, Maria Regina & COUTINHO, Marcelo. **A agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do século.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007, p. 175-206.

LOZANO GUILLÉN, Carlos. **Guerra o paz en Colombia? Cincuenta años de un conflicto sin solución.** Izquierda Viva, Bogotá, 2006.

MACHILLANDA, José. La remilitarización de la seguridad em América Latina. **Nueva Sociedad**, n° 198, p. 131-141, 2005.

MALAMUD, Carlos. **El largo camino para la paz em Colombia. Las difíciles relaciones de Colombia com sus vecinos.** Artigo disponível em meio eletrônico. Real Instituto Elcano, Documento de Trabalho n° 26, 2003. Disponível em: [www.realinstitutoelcano.org](http://www.realinstitutoelcano.org). Acesso em 28/10/2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Faixa de fronteira: estudos da secretaria-executiva do conselho de defesa nacional.** Artigo disponível na internet. Disponível em: [http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/2010-2011/anexo\\_do\\_seminario\\_perspectivas\\_para\\_a\\_faixa\\_de\\_frenteira.pdf](http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/2010-2011/anexo_do_seminario_perspectivas_para_a_faixa_de_frenteira.pdf).

PAGLIARI, Graciela de Conti. **O Brasil e a Segurança na América do Sul.** Curitiba: Juruá, 2009.

PALACIOS, Marco & SAFFORD, Frank. **Colombia: País fragmentado, sociedade dividida.** Bogotá: Editorial Norma, 2002.

PATAQUIVA GARCIA, Germán Nicolás. Las Farc: origen y evolución. **UNISCI Discussion Paper**, n° 19, p. 154-184, 2009.

PETRAS, James. **La geopolítica del Plan Colombia**. Havana: Cuba Siglo XXI. Disponível em: <http://www.rebellion.org/>. Acesso em 15/09/2014.

RAMÍREZ, Socorro. **Intervención em conflictos internos. El caso colombiano (1994-2003)**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2004.

RESTREPO MORENO, Luiz Alberto (org.). **Síntesis 201**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia-IEPRI/Tercer Mundo, 2001.

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, nº 53, vol.1, 2010, p. 67-88.

TICKNER, Arlene B. Intervención por invitación. Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. **Colombia Internacional**, nº 65, em/jun 2007, p. 90-111.

VALENCIA, León. Drogas, conflito e os Estados Unidos. A Colômbia no princípio do século. **DEP: Diplomacia, Estrategia e Política**, nº 2, vol.1, p. 78-104, 2005.

VIANA, Manuela Trindade. **A dimensão internacional do conflito armado colombiano: a internacionalização dos processos de paz segundo as agendas hemisférica e global**. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, USP/SP, 2009.

**WIKIPEDIA.** Empresa militar privada. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Empresa\\_militar\\_privada](http://pt.wikipedia.org/wiki/Empresa_militar_privada). Acesso em 18/11/2014.